## Nota para a Imprensa

27.2.2023





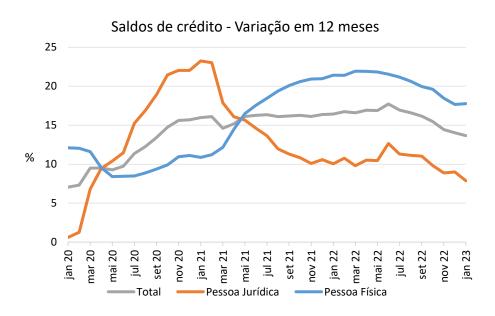
#### 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em janeiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,6 trilhões (147,6% do PIB), decrescendo 1,3% no mês, devido principalmente à redução dos títulos de dívida pública, -3,3%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 8,2%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN, 13,9%, e dos títulos de dívida, 8,1%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,1 trilhões (51,2% do PIB), com redução de 1,3% no mês, influenciada pela diminuição nos empréstimos do SFN, -2,0%, e da dívida externa, -1,4%. Em relação a janeiro de 2022, a expansão de 9,9% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 25,1% em títulos de dívida e de 9,4% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,5 trilhões (35,1% do PIB) em janeiro, com variações de 1,5% no mês e de 17,8% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

#### 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O saldo do crédito do SFN alcançou R\$5,3 trilhões em janeiro, redução de 0,3% no mês. O volume de crédito para as empresas diminuiu 2,4% ao totalizar R\$2,1 trilhões, enquanto para as famílias houve crescimento de 1,1%, atingindo R\$3,2 trilhões. comparação Na interanual, o crédito total cresceu 13,6% em janeiro, ante 14,0% no mês anterior. mesma base de Na comparação, o saldo com as empresas desacelerou para

7,9%, ante 9,0% no mês anterior. Em sentido contrário, o volume de crédito às famílias cresceu 17,8% nos doze meses até janeiro, comparativamente a 17,7% em dezembro do ano anterior.

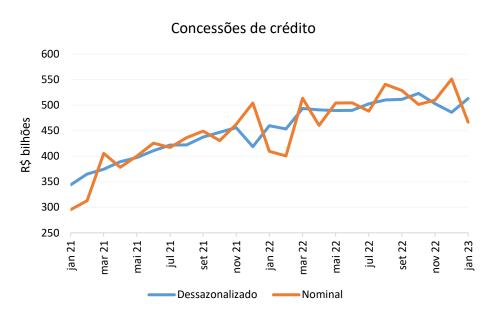
O volume das operações de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas somou R\$1,4 trilhão em janeiro, decréscimo de 3,5% no mês e expansão de 8,1% em doze meses, desacelerando em relação a dezembro do ano anterior, 10,1%. Esse resultado decorreu, principalmente, da diminuição sazonal das carteiras de desconto de duplicatas, 15,7%, e de antecipação de faturas de cartão de crédito, 10,2%.

O saldo do crédito com recursos livres às pessoas físicas totalizou R\$1,8 trilhão em janeiro, mantendo a trajetória de elevação observada em meses anteriores, com incrementos de 1,1% no mês e de 17,6% em em relação a janeiro do ano anterior. Esse desempenho mostrou-se bastante disseminado entre as



modalidades de crédito livre às pessoas físicas, com destaque para o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, 2,5%; crédito consignado para trabalhadores do setor público, 1,0%; cartão de crédito rotativo, 4,0%; crédito pessoal não consignado, 1,1%; e cheque especial, 9,0%.

O volume de crédito direcionado atingiu R\$2,2 trilhões em janeiro, com expansão de 0,5% no mês e de 14,2% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O crédito direcionado às empresas diminuiu 0,3% no mês e cresceu 7,5% em doze meses, atingindo R\$736,5 bilhões, enquanto o crédito direcionado às famílias totalizou R\$1,4 trilhão, com avanço mensal de 1,0% e de 18,0% em doze meses.



ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo) 36 34 32 30 28 26 24 22 20 18 16 14 jan 23 jan 21 mar 21 jul 21 mai 22 jul 22 set 22 nov 22 21 nov 21 ICC ex-rotativo - Livres Taxas de juros ex-rotativo - Livres

As concessões nominais de crédito somaram R\$466,7 bilhões em janeiro. Nas séries com ajuste sazonal, o fluxo de contratações cresceu 5,5% no mês, com elevações de 1,2% para pessoas jurídicas e de 7,3% nas com pessoas físicas. No desempenho interanual, as concessões nominais variaram 18,6% em janeiro, com incrementos de 18,0% nas contratações com empresas e 19,2% com as famílias.

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,9% a.a., elevando-se 0,4 p.p. no mês e 3,0 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 28,2% a.a., estável em janeiro e alta de 3,2 p.p. em 12 meses. Apesar da diminuição de 0,3 p.p no mês, o spread geral do ICC. acumulou elevação interanual de 0,9 p.p.



A taxa média de juros das novas contratações realizadas em janeiro atingiu 31,2% a.a., com altas de 1,1 p.p. no mês e de 5,6 p.p. em doze meses. O spread bancário das novas contratações registrou elevou-se 1,2 p.p. no mês e 3,9 p.p. em doze meses, situando-se em 20,5 p.p.

Nas operações de crédito com recursos livres, a taxa média de juros atingiu 43,5% a.a. em janeiro, com avanços de 1,8 p.p. no mês e de 8,2 p.p. em doze meses. Nas contratações com as empresas, a taxa média de juros situou-se em 25,3% a.a. (+2,2 p.p. no mês e + 4,0 p.p. em doze meses), enquanto nas realizadas com as famílias, a taxa média de juros alcançou 56,6% a.a. (+1,2 p.p. no mês e + 10,3 p.p. em doze meses).

A inadimplência da carteira de crédito do SFN atingiu 3,2% em janeiro, alta mensal de 0,2 p.p. e interanual de 0,7 p.p. Esse movimento refletiu os incrementos mensais de 0,3 p.p. nas operações de crédito com recursos livre, para 4,5%, e de 0,1 p.p. nas de crédito direcionado, para 1,3%.

#### 3. Agregados monetários

A base monetária encerrou o mês de janeiro em R\$413,5 bilhões, redução de 1,5% no mês e de 1,1% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias diminuíram 0,9% e 4%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, foram contracionistas as operações com derivativos, R\$16,1 bilhões; com títulos públicos federais, R\$812 milhões (resgates líquidos de R\$211,8 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$212,6 bilhões no mercado secundário); e as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$11,2 bilhões. Em contraponto, impactaram de maneira expansionista as operações do setor externo, R\$3 bilhões; as do Tesouro Nacional, R\$6,6 bilhões; e os depósitos de instituições financeiras, R\$ 297 milhões (liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,7 bilhão, de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$3,1 bilhões, de recursos do Proagro, +R\$419 milhões, recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$4 bilhões e recolhimento de depósitos a prazo, -R\$724 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$591,2 bilhões em janeiro, decréscimo de 7,3% no mês, resultante das reduções do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista em 3% e 10,9%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 cresceu 2,3% no mês.

O M2 diminuiu 1,3% no mês, com saldo total de R\$5,0 trilhões, refletindo as quedas de 7,3% no saldo do M1 e de 2,6% no saldo dos depósitos de poupança, que totalizou R\$973 bilhões, após resgates líquidos de R\$33,6 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras aumentou 0,2%, totalizando R\$3,5 trilhões, reflexo das altas de 0,6% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 0,2% no das letras financeiras. O M3 declinou 0,3% no período, totalizando R\$9,6 trilhões, reflexo da queda do M2 e do recuo de 29,5% no saldo das operações compromissadas com títulos privados. No mês, o saldo das quotas de fundos do mercado monetário avançou 1,1% no mês (R\$4,4 trilhões). O M4 recuou 0,5% no mês, totalizando R\$10,6 trilhões. Em 12 meses a variação alcançou 12,2%.

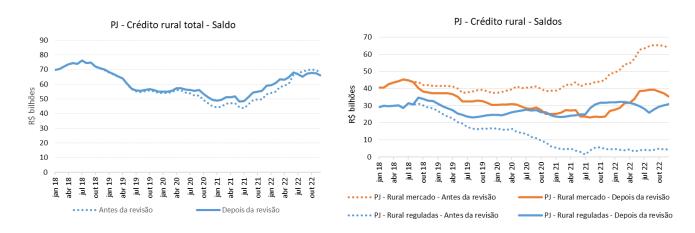


#### 4. Revisão das estatísticas de crédito

De acordo com a Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas (DSTAT) do Banco Central do Brasil, 2ª edição, de novembro de 2022, as estatísticas de crédito sofrem revisão ordinária anual nos meses de fevereiro. Essas revisões visam, principalmente, o aprimoramento da consistência entre os diferentes documentos remetidos pelas instituições financeiras ao Banco Central, a retificação de informações anteriormente enviadas e a revisão de séries históricas.

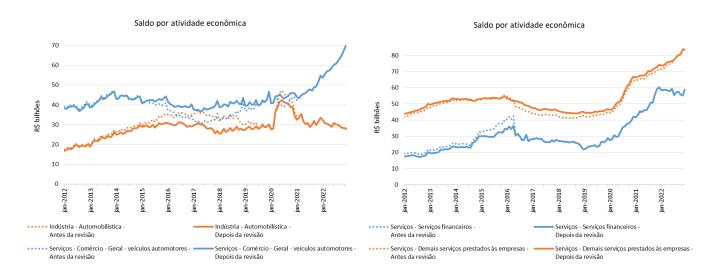
Na revisão anual de fevereiro de 2023, destacam-se as seguintes alterações metodológicas:

i) Crédito rural: no esforço de aprimoramento contínuo das estatísticas de crédito, novas consultas permitiram a correta alocação das operações de crédito rural, o que ocasionou a revisão da composição das suas modalidades. As principais revisões, a partir de setembro de 2018, foram uma ligeira modificação no saldo total do crédito rural PJ e a realocação de saldos entre as modalidades PJ — Crédito rural com taxas de mercado e PJ — Crédito rural com taxas reguladas. Em menores proporções, ocorreram também revisões nas demais séries relacionadas, ocasionadas pela revisão metodológica e pela retificação de dados por parte de instituições financeiras. Consequentemente, foram também afetadas as séries agregadas nas quais o crédito rural participa como componente.



ii) **Crédito por setor de atividade econômica:** foram efetuados aprimoramentos na classificação de alguns setores, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) utilizada. Desta forma, estas séries também foram revisadas, com destaque para as de Serviços Financeiros, Comércio de Veículos Automotores, Indústria Automobilística e Demais Serviços Prestados às Empresas.





Ainda no âmbito desta revisão, as seguintes séries sofreram alterações em função de aprimoramentos nas fontes de dados e/ou atualizações disponibilizadas nos últimos 12 meses:

- i) Crédito ampliado ao setor não financeiro Empresas não financeiras Empréstimos do SFN;
- ii) Crédito do SFN PF Total não rotativo Concessões;
- iii) Crédito do SFN PJ e PF Financiamento imobiliário Taxas de juros;
- iv) Crédito do SFN Saldos por porte de empresas;
- v) Crédito do SFN Saldos por tipo de cliente; e
- vi) Crédito do SFN Saldos por controle de capital.

#### Alteração nas tabelas da Nota

Com o objetivo de facilitar a comunicação das estatísticas publicadas, as tabelas da Nota para a Imprensa – Estatísticas Monetárias e de Crédito, sofreram as seguintes alterações:

- a) Redução do número de tabelas ("abas"): o formato anterior havia sido elaborado quando a Nota para a Imprensa era impressa e entregue aos jornalistas para acompanhamento presencial da coletiva de imprensa. Descontinuada essa rotina, as tabelas não mais ficarão limitadas ao formato impresso e ampliou-se a quantidade de colunas em cada aba, reunindo todas as informações de uma mesma categoria. Por exemplo, os saldos das modalidades com recursos livres para pessoas jurídicas que antes eram apresentados em três tabelas diferentes (6, 6A e 6B) agora estão reunidas na tabela 6. Desta forma, o arquivo passou de 66 abas para 30.
- b) Ampliação das séries temporais apresentadas nas tabelas: o formato impresso também limitava a quantidade de linhas em cada tabela e, portanto, os meses ficavam reduzidos ao ano corrente e o anterior. No novo formato, as séries de cada tabela se iniciam em março de 2011 ou, quando a série se iniciar após essa data, toda a série temporal disponível é apresentada. Como o interesse dos usuários se volta para os dados mais recentes, os anteriores se encontram ocultos, mas podem ser visualizados após o toque de um botão no próprio arquivo.



- c) <u>Incorporação da Nota em inglês num único arquivo</u>: todos os cabeçalhos e notas de rodapé apresentam a versão em inglês logo abaixo de sua versão em português. A exemplo dos dados históricos, estes encontram-se inicialmente ocultos, mas podem ser visualizados após o toque de um botão no próprio arquivo.
- d) Incorporação dos códigos de séries do SGS: as estatísticas da Nota também são disponibilizadas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), disponível no site do Banco Central (<a href="https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries">https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries</a>), o qual possui a vantagem de apresentar sempre a informação atualizada. Para facilitar a busca no SGS, cada coluna informa o código da respectiva série naquele sistema.
- e) Incorporação da tabela "Quadro Geral" às tabelas numeradas, como Tabela 2, deslocando assim as antigas Tabelas 2, 3 e 4, que passaram a ser as Tabelas 3, 4 e 5. Todas as demais tabelas permaneceram na ordem anteriormente publicada.
- f) Supressão na Nota das informações referentes à relação do crédito do SFN com o PIB (antiga Tabela 5) e do ICC por modalidades. Todos esses indicadores permanecem disponíveis no SGS.